

EMENDA N° - CCJ
(ao PLC nº 1, de 2011)

Dê-se ao artigo 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º A partir do dia 1º de janeiro de 2011, o salário mínimo será de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 20,00 (vinte reais) e o valor horário, a R\$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos).”

JUSTIFICATIVA

A apresentação desta emenda, que fixa o valor do salário mínimo em R\$ 600,00, pretende manter coerência com a posição do PSDB durante a campanha presidencial de 2010.

O PSDB tem história e autoridade para falar em concessão de ganhos reais para o mínimo. Afinal, foi na gestão de Fernando Henrique Cardoso que a política de valorização do piso salarial teve início no país. Entre 1995 e 2002, o ganho real, ou seja, acima da inflação, foi de 44,7%. Lula apenas deu continuidade a esta linha exitosa, para o bem dos brasileiros mais pobres.

É bom recordar que o maior aumento real do salário mínimo foi dado pelo PSDB, em 1995 (17,1%). É bom recordar, também, que a política de reajuste do salário mínimo começou ainda no governo do ex-presidente Itamar, quando Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda.

A proposta é factível, realista e, mais que isso, explicita de onde os recursos podem vir. Basta um mínimo esforço de reengenharia orçamentária.

A diferença entre a proposta do governo (R\$ 545,00) e a do PSDB (R\$ 600,00) é de R\$ 55,00. Se, a cada R\$ 1,00 de aumento do salário mínimo os gastos públicos aumentam em aproximadamente R\$ 300 milhões, o valor a ser financiado é de aproximadamente R\$ 17 bilhões.

As fontes para financiar essa diferença vão desde cortes em despesas de custeio à reestimativa de receitas.

Pelo lado das receitas, é possível reestimar o valor de impostos e contribuições obtendo-se recursos em torno de R\$ 24 bilhões. Pelo lado das despesas, propõe-se uma redução da ordem de R\$ 11,5 bilhões – sem afetar programas sociais e investimentos – com o retorno, aos níveis de 2008, de gastos efetivos da máquina governamental como, por exemplo, diárias, passagens, material de consumo, serviços de terceiros e de consultorias, entre outros.

Portanto, O PSDB estará unido e fechado em torno da defesa do trabalhador e de um salário mínimo mais justo.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2011.

Senador ALVARO DIAS